

Nota Informativa

Edição 003/2024

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Retomada da Ceitec está alinhada ao desafio da transição energética, diz secretário de Transformação Digital do MCTI

Plano no TSE prevê obrigação para redes sociais na eleição e regra para inteligência artificial

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Bens duráveis têm queda acumulada de 9,7% com crédito caro e seca no Amazonas, segundo IBGE

Dólar: Fazenda prepara três medidas para reduzir volatilidade e destravar 'agenda verde'; entenda

BC: contas públicas fecham novembro com saldo negativo de R\$ 37,3 bi

Carf bate maior valor em julgamentos tributários em quatro anos

Setores beneficiados por desoneração ficam de fora de MP e se queixam de exclusão

Medida que reonera folha prejudica emprego e competitividade, diz confederação da indústria

ORÇAMENTO

Acordo na LDO não envolveu governo e vetos podem ser negociados, diz vice-líder

POLÍTICA

Lula começa 2024 com desafios no Congresso e sob ameaça de parlamentares

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Retomada da Ceitec está alinhada ao desafio da transição energética, diz secretário de Transformação Digital do MCTI

Poder Executivo | 05/01/2024 – 10h43min

A retomada do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) estará alinhada ao desafio global da transição energética, aponta o secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital (Setad) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Henrique Miguel. O processo de reativação da empresa marcou a atuação da Setad em 2023 juntamente com a revisão da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (Ebia) e os programas de capacitação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A Ceitec, empresa pública vinculada ao MCTI, atua em projetos e fabricação de circuitos integrados e chips para aplicação em diversos segmentos. “Alternativas de rotas tecnológicas foram avaliadas, e a conclusão indica a atuação da empresa no setor energético para apoiar o programa de transição energética brasileiro e a nova política industrial e tecnológica”, afirma Henrique Miguel. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Plano no TSE prevê obrigação para redes sociais na eleição e regra para inteligência artificial

Poder Executivo | 04/01/2024 – 19h45min

Foram publicadas na quarta-feira as minutas (rascunhos) das resoluções do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para as eleições de 2024. A relatora do processo de revisão das resoluções é a ministra Cármen Lúcia, que ainda deve apresentar as versões finais para apreciação do plenário da corte. Antes disso, o processo ainda prevê a realização de audiências públicas no final do mês de janeiro, do dia 23 ao 25. Para valerem na eleição, as normas devem ser aprovadas até 5 de março deste ano. Na minuta da resolução sobre propaganda eleitoral, há proposta de novas obrigações para as redes sociais, especialmente no que se refere a fake news sobre as urnas e a integridade da eleição. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Bens duráveis têm queda acumulada de 9,7% com crédito caro e seca no Amazonas, segundo IBGE

Poder Executivo | 05/01/2024 – 12h24min

A produção de bens duráveis no país tem queda acumulada de 9,7% em três meses, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A atividade teve recuos de 4,4% em setembro, 2,4% em outubro e 3,3% em novembro. Na análise do gerente da pesquisa, André Macedo, o movimento está ligado ao crédito ainda caro – apesar do início da redução de juros – e também à seca no Amazonas, que afeta a indústria na Zona Franca de Manaus. “É um segmento com evolução muito associada à questão do crédito. Permanece com a leitura de crédito caro, maior dificuldade de acesso e as famílias ainda com endividamento elevado. Mas nos resultados mais recentes se observa os efeitos negativos da seca na região Norte, especialmente no Amazonas, que traz uma desaceleração no ritmo de produção”, afirma. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Dólar: Fazenda prepara três medidas para reduzir volatilidade e destravar 'agenda verde'; entenda

Poder Executivo | 05/01/2024 – 09h30min

Depois de aprovar o novo arcabouço fiscal e fazer alterações no período de vigência

da meta de inflação, a equipe econômica agora se debruça sobre a política cambial - o último pilar do tripé macroeconômico, implantado no País em 1999. O objetivo é lançar três novos instrumentos financeiros (leia mais abaixo) que sejam capazes de reduzir a volatilidade do dólar e, assim, destravar os investimentos estrangeiros no Plano de Transformação Ecológica - como foi batizada a “agenda verde” do governo, também encampada pelo Congresso. Esses mecanismos de proteção cambial terão cobertura inicial de até US\$ 3,4 bilhões e serão voltados a investidores de longo prazo, que queiram aportar seus recursos em projetos ligados, por exemplo, a hidrogênio verde, agricultura de baixo carbono e transição energética. Os recursos virão de uma parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), hoje comandado pelo ex-presidente do Banco Central (BC) Ilan Goldfajn, e o ministério da Fazenda. A Secretaria do Tesouro Nacional, chefiada por Rogério Ceron, e o BC também participam diretamente dessas conversas. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BC: contas públicas fecham novembro com saldo negativo de R\$ 37,3 bi

Poder Executivo | 05/01/2024 – 11h48min

As contas públicas fecharam o mês de novembro de 2023 com saldo negativo, aumento de 85,8% no déficit na comparação com novembro de 2022 em razão da elevação de gastos do Governo Central em ritmo maior que o crescimento das receitas. O setor público consolidado – formado pela União, estados, municípios e empresas estatais – registrou déficit primário de R\$ 37,270 bilhões em novembro, ante déficit de R\$ 20,089 bilhões em novembro de 2022. Os dados foram divulgados na sexta-feira (5), em Brasília, pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Em 12 meses – encerrados em novembro – as contas acumulam déficit primário de R\$ 131,364 bilhões, o que corresponde a 1,22% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país). Em 2022, as contas públicas fecharam o ano com superávit primário de R\$ 125,994 bilhões, 1,27% do PIB. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Carf bate maior valor em julgamentos tributários em quatro anos

Poder Executivo | 04/01/2024 – 23h15min

Apesar de ter funcionado de maneira precária em 2023, o Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fazendários) fechou o ano passado com o melhor resultado em termos de valores julgados desde 2019. Segundo dados preliminares, foram R\$ 230 bilhões em ações tributárias analisadas de janeiro a setembro. O ano passado foi marcado pelo cancelamento de sessões, greves de auditores fiscais e um vaivém nas regras de julgamentos. O órgão também passou pela maior renovação de conselheiros desde a reformulação de 2015-2016, após a Operação Zelotes, que investigou a venda de sentenças no conselho —com o vencimento do mandato de muitos que entraram naquela época. O Carf é o órgão do Ministério da Fazenda responsável por julgar recursos sobre autuações da Receita Federal em matéria tributária e aduaneira. Possui 15 câmaras de julgamento e cerca de 150 conselheiros, divididos de forma paritária entre representantes dos contribuintes e do FISCO. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setores beneficiados por desoneração ficam de fora de MP e se queixam de exclusão

Poder Executivo | 04/01/2024 – 20h30min

Os setores de call center, confecção, proteína animal e têxtil afirmaram que foram

excluídos da MP (medida provisória) que altera as regras para pagamento de impostos sobre os salários, conhecida como desoneração da folha. Esses segmentos estavam na lista de beneficiados em projeto de lei promulgado pelo Congresso no final do ano passado, mas dizem que ficaram de fora do alcance da MP anunciada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) em 29 de dezembro. "Por mais incrível que seja, o setor têxtil e de confecção ficou de fora, sem nenhuma razão. Pelo menos até agora nada foi dito [pelo governo] sobre esta exclusão", disse o presidente emérito da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), Fernando Pimentel. A Feninfra (Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática) lembrou por sua vez que os call centers estão entre os grandes empregadores do país e disse que a exclusão prejudicará o setor. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Medida que reonera folha prejudica emprego e competitividade, diz confederação da indústria

Mercado | **04/01/2024 – 18h57min**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) disse na quinta-feira, 4, em nota, que a reoneração da folha de salários vai prejudicar empregos no Brasil. Segundo a CNI, a medida provisória do governo que prevê o fim gradual da desoneração de alguns setores "aumentará os custos das contratações e os riscos para a competitividade dos produtos e serviços brasileiros tanto no comércio internacional quanto no mercado interno". A avaliação, segundo a entidade, é compartilhada por entidades empresariais da agropecuária, comércio, indústria, serviços e transportes, que juntas representariam praticamente todo o emprego formal e privado do País. De acordo com as confederações, a MP 1202 prejudica mais a competitividade da indústria e do comércio, que enfrentam concorrência desigual com as importações, em especial com o comércio eletrônico internacional, que não paga os mesmos tributos. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Acordo na LDO não envolveu governo e vetos podem ser negociados, diz vice-líder

Poder Legislativo | **04/01/2024 – 18h47min**

Vice-líder do governo no Congresso, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) rebate o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado Danilo Forte (União-CE), e diz que os acordos fechados na Comissão Mista de Orçamento diziam respeito à votação da LDO, e não a possíveis vetos presidenciais. Ao Painel, Forte afirmou que houve um acordo explícito na CMO envolvendo alguns itens, como o não contingenciamento da subvenção ao seguro rural e a distribuição de 30% dos recursos do Moradia Digna para municípios com até 50 mil habitantes. Lula, no entanto, acabou vetando ambos os pontos. Zarattini argumenta que o acordo feito foi para votar o texto na comissão. "Tinha divergência, por exemplo, com o pessoal do agronegócio, que queria essa questão do contingenciamento. Aí a gente acaba fazendo um acordo para coisa ir para frente, senão fica tudo emperrado." Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lula começa 2024 com desafios no Congresso e sob ameaça de parlamentares

Poder Executivo | **04/01/2024 – 23h03min**

O presidente Lula (PT) inicia 2024 com diversos desafios no Congresso Nacional e

sob a ameaça de parlamentares, que ensaiam impor derrotas em série ao Executivo. Duas das principais missões do governo devem ser as tentativas de manter os vetos do petista à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e de aprovar a MP (medida provisória) que prevê a reoneração gradual da folha de pagamentos até 2027. Há ainda outras medidas para reforçar o caixa da União neste ano, prioridade do ministro Fernando Haddad (Fazenda). Tanto os vetos à LDO como a MP da reoneração impactam diretamente na execução orçamentária e na arrecadação do governo. Integrantes do Palácio do Planalto ainda traçam a estratégia que será usada, mas sabem que terão de fazer concessões em emendas para garantir o apoio dos parlamentares aos vetos. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br